

feitura e a Sabesp, no Programa Córrego Limpo. O Programa de Metas é o instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, conforme exigido pela Lei Orgânica do Município desde 2008. Nele, as prioridades da Administração são traduzidas em metas, projetos, ações estratégicas e indicadores para cada órgão municipal.

PERFORMANCE, QUESTÕES E DESAFIOS ENFRENTADOS

Arranjos estratégicos para implementação e operação

Considerando que combinações entre os diferentes setores do saneamento podem elevar significativamente a eficiência nos processos de construção e operação dos sistemas, há muito espaço e demanda no Município para se prever novo arranjo estratégico para a gestão dos serviços, de forma integrada. Para se chegar a um arranjo efetivo neste sentido é necessário a instituição de uma competência na administração municipal para articular e integrar as diferentes frentes de ação decorrentes da política e do sistema de saneamento ambiental. Sem esta composição entre as diferentes entidades e planos estratégicos e de investimentos, os avanços no saneamento restringem o atendimento às metas traçadas no Município.

Sistema integrado de informações

O gerenciamento dos serviços relacionados a saneamento envolve uma carga enorme de informações a respeito dos projetos, obras, operação e manutenção de todas as frentes de ação referentes a saneamento. Gerir estes dados de forma eficiente é uma função primordial do sistema integrado de informação, que deve ser empregado de forma contínua, e reunir as devidas informações das entidades envolvidas. Atualmente, está em desenvolvimento um sistema para os serviços de abastecimento de

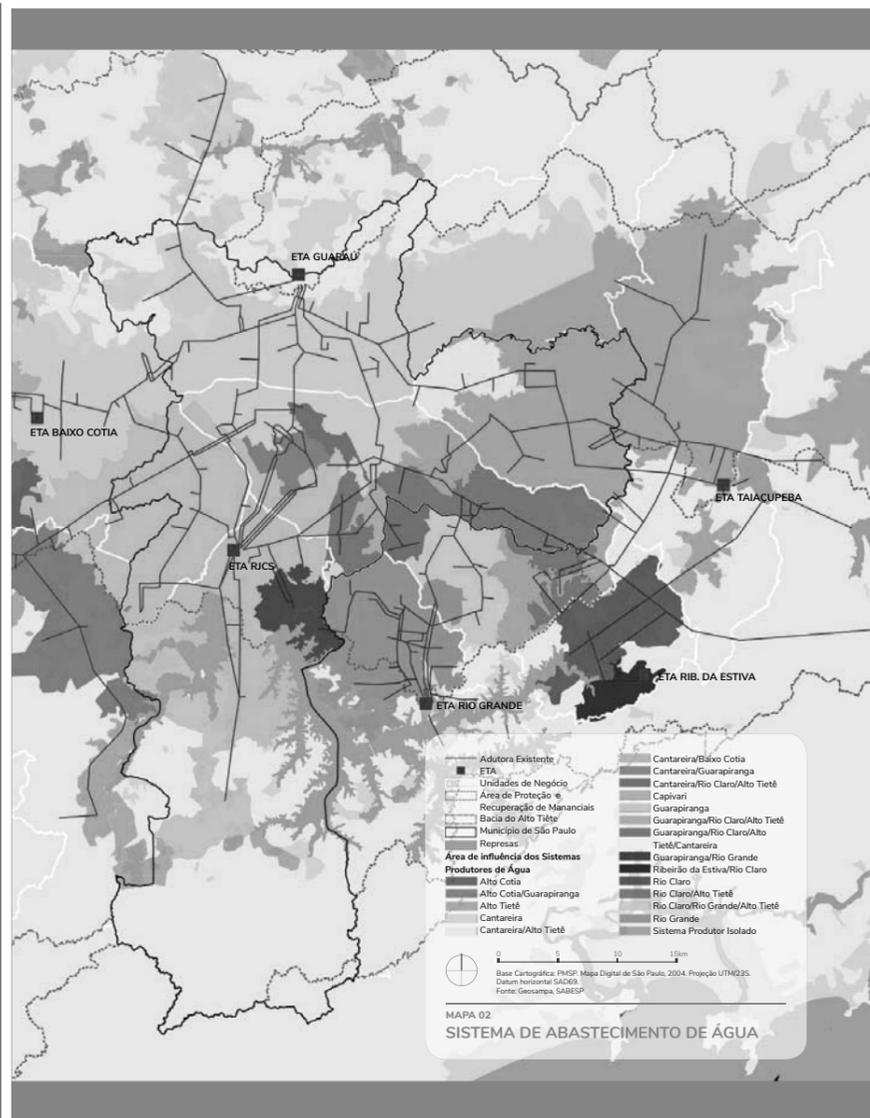
água e esgotamento sanitário para acompanhamento das atividades da prestadora. Há, no entanto, a necessidade de trazer mais avanços para este sistema, de forma a contemplar integralmente todas as 4 disciplinas do saneamento, bem como os demais setores relacionados.

Distribuição de investimentos entre as disciplinas

A proporcionalidade dos investimentos entre as diferentes disciplinas do saneamento deve depender primordialmente do nível de criticidade e natureza das demandas no território Municipal. Garantir esta compatibilidade em uma Capital como São Paulo é bastante desafiador, contando ainda com uma diversidade extensiva de entidades atuantes, de forma fragmentada. Por isso, a criação de medidas que viabilizem atribuições mais criteriosas de investimentos é de grande relevância para os avanços em saneamento no Município. O grau de desenvolvimento destas medidas, no entanto, ainda não está em níveis correspondentes às demandas e situação encontrada em São Paulo. Um exemplo desta carência diz respeito à grande disparidade entre o valor investido nos sistemas de esgotamento que, independente da enorme carência por avanços neste setor, é substancialmente inferior ao que é investido nos sistemas de abastecimento de água.

Processos participativos

Um dos maiores desafios para implementação de sistemas efetivos de saneamento é a condução de processos participativos eficientes. O modelo atual de participação pública acaba por tomar tempo reduzindo a velocidade de aplicação das medidas, ao mesmo tempo que os resultados são pouco efetivos em termos de desenvolvimento social. Novas metodologias podem contribuir significativamente na elaboração dos próximos planos, no controle social da implementação e operação dos serviços de saneamento.



5. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O município de São Paulo requer uma capacidade mínima de suprimento de água de 3.604.614 m³/dia (SNIS, 2016), considerando a demanda total, as perdas regulatórias e usos especiais, bem como a reserva do Corpo de Bombeiros. Atualmente, de acordo com a Sabesp, a prestadora atende no município 93,5% da população, com 3.074.805 ligações ativas de abastecimento. As ligações residenciais respondem por 84,14% do total de pontos abastecidos faturados no Município, sendo o restante 9,21% ligações comerciais, 0,98% industriais, 0,19% públicas e 1,48% mistas (Sabesp 2017). Do total de ligações residenciais, 5,91% estão dentro do regime de tarifa social.

O Município conta com um sistema extenso de abastecimento, tendo um volume faturado de 785.126,59 m³ por ano. De acordo com os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), em 2016 99,96% do volume consumido no Município era micromedido. In-

QUANTIDADE DE LIGAÇÕES POR CATEGORIA E UNIDADE DE NEGÓCIO

Categoria	Número de Ligações	Unidade de Negócio	Número de Ligações tarifa social
Residencial	2.710.168	MC	7.755
Comercial	283.080	ML	45.421
Industrial	30.273	MN	23.184
Pública	5.922	MO	34.590
Mista	45.362	MS	49.349
TOTAL		TOTAL	160.299

Dados Sabesp ref. a Dez. 2017

dependente desta alta porcentagem, o índice de perdas totais em São Paulo é de 36,7%.

No que se refere a demanda doméstica da população, o consumo de água hoje, com base no que foi registrado em 2017 é de 130 Litros por habitante dia. Este valor, que era de 169 Litros por habitante dia em 2013 reduziu drasticamente durante a crise hídrica enfrentada na região, principalmente entre 2014 e 2015 (Rel. Sustentabilidade Sabesp, 2016). Ainda com esta redução, com um consumo mais consciente por parte dos usuários e redução de perdas, a dimensão da demanda do Município é muito elevada, equivalente ao dobro do que a bacia hidrográfica do Alto Tietê é capaz de produzir naturalmente. Por isso a estratégia de buscar água em mananciais em outras bacias cada vez mais distantes vem sendo empregada, compondo o sistema integrado de abastecimento da RMSP. Esta abordagem, no entanto, se empregada sem avanços nas práticas de reúso e conservação de recursos hídricos não é sustentável. Práticas de reúso de água proveniente das ETEs vem crescendo, mas devem ser feitos ainda mais esforços nesse sentido a fim de elevar a segurança hídrica no Município.

A distribuição da gestão pelas Unidades de Negócio inclui diferenças importantes no que se refere à população atendida, e sistemas produtores de contribuição. Esta distribuição se

refere não apenas ao montante de infraestrutura existente, mas também aos esforços para manutenção melhoria da eficiência. No entanto, hoje, parte considerável dos diferentes setores recebem água, ou podem receber, de mais de um sistema produtor, devido às obras de integração das redes.

A cobrança pelo serviço de abastecimento fornecido pela Sabesp segue um programa de tarifas proposto pela própria prestadora, devendo ser aprovado pela Arsesp e Município, envolvendo etapas de audiência pública antes de entrar em vigor. A estrutura atual, fundamentada no regulamento tarifário aprovado pelo Decreto Estadual 41.446/1996, contempla os diferentes tipos de usuários, e considera regimes de tarifa diferentes para cada um. Um ponto relevante no sistema é a definição de cobranças fixas mínimas, que são cobradas mesmo se não houve consumo de água no mês.

A nova revisão tarifária, proposta em Janeiro de 2018 pela agência reguladora Arsesp, traz revisões nas metodologias adotadas anteriormente, reajustes tarifários anuais, ajustes compensatórios do ciclo tarifário anterior, desenvolvimento de um índice de avaliação da qualidade do serviço prestado para os reajustes tarifários anuais, e revisão do percentual convertido nos fundos de pesquisa e desenvolvimento, a fim de fomentar inovação.

ATENDIMENTO E EXTENSÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de Negócio	População atendida	Porcentagem atendida	Unidade de Negócio	Extensão de rede (km)
MC	3.388.835	29%	MC	6.301
ML	2.489.474	21%	ML	4.006
MN	2.307.880	20%	MN	4.025
MO	1.047.749	9%	MO	1.899
MS	2.461.682	21%	MS	4.538
TOTAL			TOTAL	20.769

Dados Sabesp ref. a Dez. 2017